

Veículo: JORNAL DIA DIA		Editoria: Know-How e Tecnologias	Página:	Data: 25/04/2013
Tipo: INTERNET		Assunto: Crescimento da cafeicultura brasileira está embasado no emprego de tecnologias		
Unidade citada jornal: Embrapa Café e Consórcio Pesquisa Café				
Fonte citada: Dirigente [] Chefe [] Outros empregados [] Sem citação [] Pesquisador []		Presença do nome: Capa [] Manchete [] Rodapé/legenda [] Citação [] Título [] Destaque no texto []		
Posição Gráfica: 02 elementos gráficos [] 03 elementos gráficos [] 04 elementos gráficos [] 05 ou mais elementos []		Ocupação na Página: 1/4 [] 2/4 [] 3/4 [] 1 página [] 2 páginas [] 3 ou mais páginas []		
Gênero: Crônica [] Entrevista [] Nota Informativa [] Notícia [] Artigo [] Coluna [] Reportagem [] Editorial [] Nota opinativa [] Carta ao leitor [] Charge [] Agenda []				
http://www.jornaldiadia.com.br/index.php/know-how-e-tecnologia/127105-crescimento-da-cafeicultura-brasileira-esta-embasado-no-emprego-de-tecnologias				



Crescimento da cafeicultura brasileira está embasado no emprego de tecnologias

Para Silas Brasileiro, além dos instrumentos de política agrícola de ordenamento da oferta e garantia de renda, devem ser implementadas políticas de estímulo ao consumo

O Conselho Nacional do Café (CNC) é uma entidade privada que reúne produtores, cooperativas, associações de cafeicultores e federações de agricultura de Estados produtores. Com essa abrangência, a entidade representa um universo de aproximadamente 270 mil produtores, em sua maioria de pequeno porte. Fundado em 1981, por iniciativa de vários líderes da cafeicultura nacional, o CNC tem o intuito de defender e promover os direitos e interesses dos produtores de café do Brasil. Sua atuação está sempre ligada aos princípios do

desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Membro do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), o CNC também faz parte da delegação oficial brasileira na Organização Internacional do Café (OIC), constituindo-se em importante interlocutor dos cafeicultores brasileiros em nível internacional. Por meio de acordos institucionais, trabalha integrado com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representando-as em alguns fóruns de interesse do setor. Além disso, representa o setor nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – em níveis federal, estadual e municipal –, e nos demais segmentos da cadeia produtiva do agronegócio café, propondo e participando ativamente da gestão da política de interesse do setor.

A **Embrapa Café**, que coordena as pesquisas realizadas pelo **Consórcio Pesquisa Café**, em busca de traçar um panorama atual da cafeicultura brasileira tem sistematicamente entrevistado dirigentes de instituições representativas dos diversos segmentos do agronegócio café no Brasil. Nesta edição, conversamos com o Deputado Federal Silas Brasileiro que também é presidente executivo do CNC. Saiba o que ele pensa sobre a atual situação do agronegócio café brasileiro e que medidas têm sido propostas e reivindicadas pelo CNC ao setor produtivo para suplantarem as dificuldades enfrentadas e dar sustentabilidade à cafeicultura.

Embrapa Café - O Conselho Nacional do Café (CNC), como entidade privada, representa produtores, cooperativas, associações de cafeicultores e federações de agricultura dos estados produtores. Qual o perfil dos representados pela entidade e qual sua missão principal?

Silas Brasileiro - Com essa abrangência, a entidade representa um universo de aproximadamente 270 mil produtores, em sua maioria de pequeno porte. O CNC tem como foco principal o desenvolvimento sustentável do agronegócio café, considerando: renda maior e estável aos produtores; redução da volatilidade no mercado; aumento da competitividade do setor; agregação de valor ao produto e maior participação dos produtores nas margens de comercialização; atendimento às exigências do mercado em consonância com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental; e fortalecimento político-institucional e consolidação da imagem do setor, do CNC e dos associados.

EC - Do lado do Governo, o Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC é um colegiado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa com sete representantes do governo e mesmo número da iniciativa privada. O CNC e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA integram o CDPC com dois representantes cada; a Associação Brasileira da Indústria do Café – Abic, a Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel – Abics e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé com um representante cada. Que avaliação o CNC faz da missão e do desempenho do CDPC?

SB - O setor produtivo do café pode se considerar um privilegiado por possuir tão relevante fórum como o CDPC, que engloba todos os elos da cadeia privada e também do Governo Federal. Entretanto, hoje notamos que, infelizmente, o “Deliberativo” da nomenclatura deixou de ter o significado real da palavra, pois, por mais que o colegiado aprove medidas pró-ativas e favoráveis ao desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira como um todo, essas encontram resistência e acabam não sendo concretizadas. Esse cenário, lamentavelmente, faz com que produtores percam renda e, conseqüentemente, competitividade, exatamente por falta da implementação e agilidade nas ações aprovadas no CDPC. Por se tratar de um fórum em que há representação do setor privado e do Governo, onde as decisões são tomadas pela maioria dos titulares, necessária se faz uma ação conjunta, para que o Conselho cumpra o seu objetivo.

EC - O foco principal do CNC tem sido buscar promover o desenvolvimento sustentável do setor produtivo do café. Levando-se em conta os baixos níveis de preços recebidos pelos produtores nas últimas safras, preço mínimo que não cobre os custos de produção, volatilidade dos mercados no País e exterior, aumento da competitividade dos países concorrentes, que medidas o CNC tem defendido no âmbito governamental e privado para reverter essa situação?

SB - Frente ao aviltamento dos preços da saca de café, o CNC tem proposto e defendido junto ao Governo Federal a prática de implantação de instrumentos de política agrícola para o ordenamento de oferta e para a garantia de renda aos cafeicultores. A primeira conquista foi a aprovação da prorrogação da estocagem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em 28 de março de 2013. Essa decisão abrangeu 2 mil contratos, correspondentes a 2 milhões de sacas que deixaram de ingressar no mercado neste semestre, evitando, portanto, uma sobreoferta às margens da entrada da nova safra. Restam, ainda, a definição de um novo preço mínimo, a aprovação dos votos para a definição dos valores para as linhas de financiamento de Colheita, Custeio, Estocagem e FAC e as subseqüentes aprovações dos programas de Leilões de Opções e do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro). No âmbito privado, temos defendido a realização de esforços para a redução dos custos de produção, por meio da incorporação tecnológica, de forma a preservar nossa competitividade internacional.

EC - Em função dos dados oficiais levantados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab para a safra de 2013, o CNC poderia traçar um panorama da produção de café arábica e robusta, no País, destacando as peculiaridades dos seis maiores estados produtores?

SB - Minas Gerais é o principal estado produtor de café do Brasil, respondendo por 52% da safra nacional. A cafeicultura mineira é especializada na produção da variedade arábica, que representa 99% do volume colhido nos 680 municípios onde é cultivada. Em segundo lugar vem o Espírito Santo, especializado em conilon (o robusta brasileiro), respondendo por 77% da produção dessa variedade no Brasil. São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia ocupam, respectivamente, a terceira, quarta, quinta e sexta posições no *ranking* de estados produtores. Cada um possui suas vantagens e desafios regionais a serem enfrentados. Porém, independente das peculiaridades locais, o fato mais importante que os dados da Conab têm nos mostrado é que o crescimento da cafeicultura nacional está embasado no emprego de tecnologias, as quais tem permitido ganhos de produtividade muito mais significativos do que a expansão de área. Ao longo da última década, a melhoria dos tratamentos culturais e a renovação das lavouras em áreas já dedicadas à atividade cafeeira — com espaçamentos adensados e novas variedades mais produtivas e resistentes a pragas e doenças — foram suficientes para aumentar em aproximadamente 70% a produção nacional de café, ao mesmo tempo em que se reduziu a área em produção.

EC - Com esses números da Conab e levando-se em conta os estoques eventualmente existentes, a exportação e o consumo interno, face ao crescente aumento da produção e do consumo em nível mundial, que medidas o nosso País poderia adotar internamente para remunerar adequadamente o produtor e continuar mantendo a nossa hegemonia no mercado?

SB - Além dos instrumentos de política agrícola para o ordenamento da oferta e a garantia de renda, devem ser implementadas políticas de estímulo ao consumo doméstico e internacional. Acreditamos que o aumento do consumo está atrelado ao crescimento da qualidade do produto oferecido ao consumidor. Por isso, frente à revogação da IN 16/2010, defendemos a retomada dos trabalhos para a elaboração de uma nova regulamentação para fiscalizar e coibir possíveis impurezas no café torrado e moído, gerando mais segurança ao consumidor e auxiliando no aumento do consumo da bebida. Na área da promoção comercial, apoiamos a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) na execução de um plano de divulgação dos cafés do Brasil, até 2016, visando aproveitar a oportunidade dos eventos esportivos internacionais que serão sediados no País. O setor privado tem realizado um importante trabalho de promoção dos cafés brasileiros. Merece destaque a atuação da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, sigla em inglês), entidade associada ao CNC, que tem levado os cafés especiais do País a diversos eventos internacionais ligados ao agronegócio café e ao turismo, além de viabilizar uma maior remuneração aos produtores que investem na qualidade. A Associação Brasileira das Indústrias de Café (Abic) também possui um convênio com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para promover o café brasileiro no exterior e fomentar as exportações do café industrializado. Além de campanhas de marketing, a política comercial é muito importante para ampliar os mercados para nosso café, mas infelizmente o País não tem avançado na realização de acordos bilaterais e regionais. Enquanto isso, a Colômbia recentemente fechou um tratado de livre comércio com a Coreia do Sul, garantindo a eliminação de tarifas para a entrada em um dos mercados de café mais dinâmicos do planeta.

EC - A bienalidade é caracterizada pela alternância de safras com alta e baixa produção, sendo mais pronunciada no café arábica, mas também tem ocorrido no café robusta. Contudo, com o avanço das pesquisas e das tecnologias empregadas no campo, a bienalidade tem se reduzido a cada safra. Como o CNC avalia esse fato?

SB - O primeiro ponto a se destacar é o trabalho que as instituições de pesquisa, englobadas no Consórcio Pesquisa Café sob coordenação da Embrapa Café, vêm realizando, o que tornou possível essa maior proximidade entre as safras. O CNC entende que a redução da bienalidade é positiva, pois traz mais estabilidade ao mercado, mitigando a volatilidade dos preços do café. Porém, diante do aviltamento dos preços pagos pelo café no mercado, alertamos para o fato de voltarmos a registrar bienalidades acentuadas em nossas colheitas, haja vista que a falta de renda trará como tendência inevitável a redução dos tratos culturais nas lavouras, principal fator que fez com que os ciclos possuíssem menor diferença nos volumes colhidos.

EC - Dados de consumo da Organização Internacional do Café – OIC indicam aumento da procura por café robusta em nível global. Confirmada essa performance, como o CNC vislumbra os mercados atual e futuro?

SB - O aquecimento da demanda pelo robusta é fruto do crescimento do consumo em países emergentes, que não são consumidores tradicionais da bebida, como Rússia e China. Entendemos que o robusta é um desbravador nesses mercados, pois os consumidores começam o contato com a bebida instantânea. Porém, com o planejamento e o investimento adequados em *marketing*, no médio prazo, esses consumidores passarão a se interessar por *blends* mais finos, com maior participação de arábica, abrindo espaço para os grãos brasileiros dessa variedade.

EC - Nesse contexto, quais as perspectivas de crescimento da demanda interna no Brasil de robusta e para quais nichos de mercado?

SB - Por apresentar maior concentração de sólidos solúveis, o robusta é matéria-prima para a indústria de café solúvel, uma bebida demandada por consumidores que dão maior valor aos atributos de praticidade e rapidez de preparo dos alimentos. Porém, tem crescido sua participação na composição dos *blends* de torrado e moído, devido a seu menor custo em relação ao arábica, como uma estratégia de ampliação da vantagem competitiva dessa indústria. O desenvolvimento da tecnologia de vaporização, que reduz a aspereza do robusta, permitiu a adoção dessa estratégia pela indústria torrefadora, com a vantagem de aumento de sua margem econômica e gerando boas perspectivas de demanda para o robusta.

EC - O Brasil é o maior produtor, maior exportador e segundo maior consumidor de café no mundo, logo atrás dos Estados Unidos. Quando o Brasil deverá chegar à primeira colocação no *ranking* do consumo e o que falta, na ótica da produção, para alcançarmos essa meta?

SB - O Brasil tem apresentado notável crescimento do consumo doméstico de café, saltando de 6 milhões de sacas, na década de 80, para cerca de 21 milhões de sacas, atualmente. Dentre os principais fatores que permitiram esse salto do consumo, destacamos o investimento em qualidade, que cativou o consumidor nacional. Nas fazendas e cooperativas, a qualidade e a identidade do grão é garantida pelos padrões oficiais estabelecidos na Instrução Normativa N^o 8, de 11 de junho de 2003, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os programas da indústria brasileira de certificação da qualidade do café, aliados ao aumento da renda das famílias brasileiras, foram particularmente importantes para que o crescimento do consumo atingisse a taxa de 4% a.a. Mantido esse percentual, nos próximos anos ultrapassaremos os Estados Unidos, cujo consumo é de 23 milhões de sacas, consolidando-nos como os maiores consumidores mundiais de café.

EC - Saberá dizer quais estratégias de promoção poderiam ser desenvolvidas pelo agronegócio café no Brasil para incrementar o consumo tanto nos países onde o mercado está consolidado como nos que ainda não têm esse hábito de consumo?

SB - As estratégias de promoção devem incluir os resultados positivos obtidos nas pesquisas iniciadas no Brasil e, atualmente, desenvolvidas em diferentes partes do planeta, dos benefícios do café para a saúde. E, acima de tudo, a sustentabilidade da cafeicultura nacional, que é desenvolvida sob a legislação ambiental e trabalhista mais rígida do mundo, com qualidade e diversidade de bebidas e origens.

EC - Especificamente em relação ao custo de produção do café, poderia enumerar e quantificar em termos percentuais quais insumos impactam mais os custos e que medidas poderiam ser implementadas para mitigar seus efeitos?

SB - Mão de obra e fertilizantes são importantes fatores de produção, com peso aproximado de, respectivamente, 40% e 15% nos custos do café brasileiro, sendo premente o emprego de inovação tecnológica e revisão de tributos e encargos sociais para que consigamos manter nossa competitividade. Nesse sentido, o CNC aprovou a criação de um consórcio, composto inicialmente por seis cooperativas, as quais investirão R\$ 2,4 milhões para o desenvolvimento de novas máquinas e equipamentos para a colheita com o objetivo de reduzir os gastos na produção, elevados principalmente pelos encargos com mão de obra. No tocante aos fertilizantes, a produção nacional desses insumos cresce a taxas muito inferiores a da demanda do agronegócio, tornando-nos dependentes das importações para o abastecimento do mercado. O café é a quarta cultura que mais consome fertilizantes no Brasil, depois da soja, milho e cana. Como somos importadores líquidos, os preços pagos pelos produtores rurais são formados pela paridade de importação, onde está embutida uma taxa de 25% referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). A isenção dessa taxa na importação desses insumos e a alteração na Legislação Trabalhista seriam muito importantes para redução nos custos dos produtores rurais. Também é importante a definição de um marco regulatório que viabilize investimentos em pesquisa e extração de minérios estratégicos para a produção de fertilizantes, de forma a ampliar a oferta nacional.

EC - No geral, quais os desafios o CNC apontaria para serem enfrentados pelo setor produtivo do café no Brasil e, nesse contexto, que políticas públicas poderiam ser adotadas para o setor?

SB - Para que a atividade não perca a sustentabilidade econômica, frente ao aviltamento dos preços internacionais, e consequentemente fique impossibilitada de dar a devida atenção à preservação ambiental e à geração de empregos no campo, é importante o estudo e a elaboração de planos de ação de longo prazo, relacionados a: (i) política comercial, visando à negociação de tratados internacionais com tarifas diferenciadas para o café brasileiro; (ii) marketing e promoção comercial dos cafés diferenciados das origens produtoras; (iii) estratégias de diversificação das propriedades produtoras de café, visando ao aumento das margens econômicas; (iv) desenvolvimento e transferência de tecnologias objetivando o aumento da produtividade e à redução de custos de produção dos cafezais.

EC - Das tecnologias desenvolvidas pelas instituições participantes do Consórcio Pesquisa Café que foram incorporadas pela lavoura, poderia apontar quais delas considera terem sido especialmente positivas para o setor produtivo do café?

SB - O Consórcio Pesquisa Café tem desempenhando papel fundamental no crescimento sustentável da cafeicultura brasileira, resultado refletido nos significativos incrementos de produtividade obtidos na última década. Ainda no âmbito da sustentabilidade, destacamos o desenvolvimento de cultivares imunes a pragas e doenças, mais resistentes a adversidades climáticas e com maior potencial produtivo, além do desenvolvimento de tecnologia que reduz o volume de água empregado no beneficiamento do café. No quesito qualidade, merecem destaque a adubação fosfatada, de especial importância para a cafeicultura da região do Cerrado, e as tecnologias voltadas para a pós-colheita (preparo, secagem e armazenamento de grãos) que permitem a obtenção de cafés de qualidade superior com eficiência econômica. Dada a importância da Indicação Geográfica para a diferenciação da produção brasileira de café, as tecnologias de sensoriamento remoto e os sistemas de informação geográfica também têm sido fundamentais na delimitação e na identificação dos fatores ambientais que influenciam a qualidade da bebida, auxiliando as regiões a obterem suas indicações de procedência ou denominações de origem.

EC - Na perspectiva do CNC, quais focos/temas da pesquisa ainda precisam ser desenvolvidos pelo Consórcio Pesquisa Café para oferecer soluções tecnológicas que amenizem os efeitos das crises cíclicas da cafeicultura?

SB - O setor reconhece a importância fundamental do Consórcio Pesquisa Café como um fator decisivo para o desenvolvimento da cultura em nosso País, no entanto, precisamos avançar em soluções tecnológicas para reduzir os custos, mantendo a sustentabilidade e a qualidade da produção. Somente investindo no desenvolvimento e na transferência dessas tecnologias, adaptadas às peculiaridades locais das diversas origens cafeeiras do Brasil, continuaremos na liderança da produção mundial.

EC - Gostaria de acrescentar mais alguma informação e/ou esclarecimento relevante para o setor produtivo do café que não foi explorada nesta entrevista?

SB - PESQUISAS — Com a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), temos que recordar que, especificamente em 2013, não houve destinação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a área de pesquisas no café, fato que tira a ascendência do CDPC e do Ministério da Agricultura nas diretrizes dos estudos a serem realizados pela Embrapa Café, por exemplo. Sabemos que a estatal usará de seu orçamento próprio R\$ 10 milhões para a realização das pesquisas, mas também temos que trabalhar para que a verba do Funcafé não deixe de ser encaminhada a essa fundamental área, responsável, nos últimos anos, pelo desenvolvimento de variedades de café mais resistentes a adversidades climáticas, a pragas e doenças e, em especial, pelo aumento da produção cafeeira do Brasil, por meio da elevação da produtividade, sem a expansão da área, o que nos permitiu manter o atendimento de nossas demandas interna (consumo) e externa (exportação). POLÍTICA — Não obstante, temos que fortalecer a representatividade política do café no Congresso Nacional através da estruturação de projetos e trabalhos a serem desenvolvidos pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura. Não podemos nos omitir, e digo isso agora na condição de deputado federal, para um setor responsável pela maior geração de emprego no campo e que responde por aproximadamente 8,4 milhões de postos de trabalho em toda a cadeia (produção, exportação e indústrias). Se, atualmente, o CDPC não está exercendo mais sua força deliberativa de fato, vamos nos empenhar para que ele cumpra a sua finalidade. Temos, ainda, que buscar caminhos que possibilitem a implantação de políticas públicas e estratégicas para uma cafeicultura brasileira sustentável em seu tripé social, ambiental e econômico, e creio que a melhor via para isso é a unificação dos trabalhos dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, inclusive propondo destinação de recursos do Funcafé na LOA 2014.

Entrevistas anteriores - Diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria do Café – **Abic**, **Nathan Herszkowicz**; diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – **Cecafé**, **Guilherme Braga**; diretor da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - **Faemg**, **Breno Mesquita**, e diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – **Abics**, **Roberto Ferreira**.

Consórcio Pesquisa Café - Congrega instituições de pesquisa, ensino e extensão localizadas nas principais regiões produtoras do País. Seu modelo de gestão incentiva a interação das instituições e a otimização de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais. Foi criado por dez instituições: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - **EBDA**, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **Embrapa**, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - **Epamig**, Instituto Agrônomo - **IAC**, Instituto Agrônomo do Paraná - **Iapar**, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - **Incapet**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **Mapa**, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - **Pesagro-Rio**, Universidade Federal de Lavras - **Ufla** e Universidade Federal de Viçosa - **UFV**.

Gerência de Transferência de Tecnologia da Embrapa Café

Texto: Flávia Bessa – MTb 4469/DF e Carolina Costa – MTb 7433/DF

Contatos: (61) 3448-1927 / flavia.bessa@embrapa.br

Sites: www.embrapa.br/cafe e www.consorciopesquisacafe.com.br